

Apresentação

A interseção dos temas da cidade e saúde remonta à Antiguidade. Não apenas no campo do que veio a ser chamado de Saúde Pública, Medicina Social ou Saúde Coletiva, mas da própria Medicina. Escavações de quatro mil anos atrás no norte da Índia revelaram cidades cujas casas tinham canos, banheiros, esgotos, ruas pavimentadas com canais de escoamento. No Médio Império egípcio (século XXI a XVII a.C.), também se encontraram estruturas semelhantes. No período creto-micênico (2000 a.C.), as cidades tinham grandes aquedutos para suprimento de água às cidades maiores. Em Troia, já havia sistemas de suprimento de água para beber. O palácio de Cnossos, em Creta, tinha instalações para o banho e descargas para os lavatórios. As cidades andinas também dispunham de sistemas de suprimento e drenagem de águas (Rosen, 1994, pp. 31-32).

Para a Medicina, as condições das cidades era motivo de consideração, como descrito por Hipócrates em seu “Ares, águas e lugares”:

Quem quiser investigar corretamente a medicina deve fazer o seguinte: [...] 3) Assim que alguém chega a uma cidade, é inexperiente sobre ela. É preciso estar atento à posição dela, a como está assentada, e aos ventos e aos nascentes do sol; pois não podem ter a mesma propriedade a (cidade) que está voltada para o bóreas e a que se volta para o noto, nem a que se volta para o sol que se ergue e a que se volta para o sol se pondo. 4) Acerca das águas, é preciso considerar da melhor maneira possível como elas são, e se as usam pantanosas e moles, ou duras, provenientes dos lugares altos e rochosos, ou ainda se as usam salgadas e cruas; 5) E a terra, se é descampada e sem água, ou nemorosa e abundante em água, ou ainda se é uma depressão e é sufocante, ou se é elevada e fria. (Apud Cairus, 2005, p. 94)

A primeira grande pandemia documentada da História foi a Peste de Atenas, que ocorreu entre 430 a.C., durante a Guerra do Peloponeso, atingiu de forma dramática as cidades mediterrâneas da época. Embora sem hipóteses causais, as cidades eram os grandes sítios de ocorrência. As outras grandes pandemias da antiguidade que devastaram cidades foram a Peste Antonina (165 a.C.), que ceifou 5 milhões de vidas, e a Peste Justiniana (541-542 d.C.), com 25 milhões de vítimas fatais. Não se sabe ao certo se foram devidas à peste bubônica ou a outro processo infeccioso, como a febre



tifoide ou a varíola. A Peste Negra (1346-1353), cujo saldo é estimado entre 75 e 200 milhões de mortes e foi o primeiro registro de declínio da população mundial, devastou cidades por toda a Ásia e Europa. Foi ocasionada pela peste bubônica, e suas causas foram atribuídas seja a castigo divino; seja, como descrito em um relatório da faculdade de medicina de Paris, a Filipe VI da França, a culpa dos céus, na forma de uma conjunção de três planetas em 1345 que provocou uma "grande pestilência no ar" (teoria do miasma) (Horrox, 1994).

A partir da Revolução Industrial, particularmente no século XIX, a relação entre cidade e saúde ganhará protagonismo destacado, seja pela ocorrência de epidemias, como o caso da epidemia de tifo, em Manchester, em 1784, que levou à criação de um conselho de saúde para a cidade; seja pela multiplicação de dados sobre as condições gerais de saúde de seus moradores. Os relatórios e trabalhos de Edwin Chadwick levaram à criação, a partir na iniciativa de Robert Peel, em 1843, da "Comissão Real para a Investigação da Situação das Cidades Grandes e dos Distritos Populosos" (Rosen, p. 173). Também dignos de nota são os textos de Engels (2010) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, publicado em 1845, e os de Farr (2000), publicados em 1837, que examinam as diferenças de mortalidade e esperança de vida em diferentes cidades inglesas. As condições insalubres das cidades cada vez mais documentadas acabam levando à aprovação do Public Health Act, em 1848, pelo Parlamento inglês, marco relevante, ao atribuir responsabilidades explícitas ao Estado para a garantia da saúde da população e o nascimento da Saúde Pública como campo disciplinar. A partir da clássica investigação de John Snow sobre a epidemia de cólera em Londres (Snow, 1988), nova luz é explicitamente lançada sobre as relações diretas entre uma enfermidade e sua propagação epidêmica na cidade, antes mesmo das descobertas dos chamados "agentes causais diretos". A partir da segunda metade do século XIX se multiplicarão os estudos e relatórios associando as condições de moradias nas cidades, e sua distribuição desigual, a um conjunto de doenças transmissíveis endêmicas e epidêmicas, como as doenças intestinais, tuberculose, difteria, sarampo, cólera, meningites, entre outras. E algumas com uma expressão urbana mais dramática, como é o caso da febre amarela e da pandemia da chamada gripe "espanhola", no início do século XX, que dizimou de 20 a 50 milhões de vidas.

A partir dos anos 1950, começam a aparecer estudos examinando as enfermidades não transmissíveis em áreas urbanas. Berlinguer (1976), conhecido sanitaria italiano, publicou uma coletânea de trabalhos seus sob o título *Malaria urbana*, na qual discutia a patologia das metrópoles. Justificava a escolha do título pelo fato de, ao chegar da Sardenha a Roma, no pós-guerra imediato, ele que, como quase todos os sardos, havia tido malária, defrontara-se com um quadro patológico tão grave quanto o de sua terra natal, e que não podia ser curado com o quinino ou como outros fármacos. E dizia:

Estamos em presença de uma Malária urbana que vai não só recuperando o significado original da palavra malária – ontem, os miasmas dos pântanos, aos quais era atribuída a etiologia da infecção antes da descoberta dos plasmódios e do ciclo homem-anofelinos; hoje, a poluição atmosférica da indústria, do tráfego, dos sistemas de aquecimento, mas também representando em tempos modernos aquele dramático entrelaçamento entre doença e civilização que a história de todo grande flagelo registra particularmente a malária. (Ibid., p. 75)

Recolocava Berlinguer as questões que escrutinavam as condições de trabalho nas cidades industriais e estabeleciam empiricamente os primeiros nexos causais entre trabalho, moradia, condições sociais e saúde. A questão que fica é se existiria uma patologia própria da cidade, por além dos diferenciais sociais e econômicos dos diversos segmentos populacionais; se haveria uma exacerbação nas metrópoles; e se a constituição desses padrões patológicos se deu de maneira análoga nos países capitalistas centrais e periféricos. Um levantamento recente (Flies et al., 2019) tenta identificar, a partir de estudos empíricos, um elenco de condições crônicas para as quais a correlação com a vida em cidades é claramente estabelecida.

Entretanto a ocorrência da pandemia da Covid-19 lança o mundo de volta à investigação do comportamento distinto das doenças transmissíveis nas cidades, sobretudo àquelas de escala global.

Os artigos deste número se dividem entre aqueles com temáticas sobre saúde e cidades e outros complementares. A pandemia de Covid-19 caracteriza quase todos os artigos relacionados à saúde, apenas há uma temática distinta, com a abordagem mais ampla dos efeitos da urbanização capitalista sobre as condições da saúde. As desigualdades socioeconômicas e espaciais amplificadas pela pandemia são o objeto de cinco artigos, que destacam principalmente os impactos sobre as periferias metropolitanas, enquanto os outros destacam as possibilidades de acesso a unidades de saúde, as formas de apropriação das cidades por distintos grupos sociais e as experiências de ensino de pós-graduação que integra diversas áreas do conhecimento.

Os artigos complementares são mais diversos, trazendo temas como segregação socioespacial, governança dos recursos hídricos, centralidades na rede urbana, movimentos sociais por moradia, inovações nas políticas urbanas e dinâmicas de mudanças nos espaços urbanos.

Giovanni Marlon Montes Mata e Rafael Monroy Ortiz, no artigo *Salud urbana y morbilidad urbana: efecto del caos de los medios de producción en la ciudad capitalista*, propõem a categoria caos dos meios de produção com o intuito de discutir criticamente as lógicas da cidade capitalista em seus efeitos sobre os padrões de adoecimento e óbitos das populações. Associam o caos capitalista à morbidade relacionada à vida urbana, que se expressa desigualmente entre distintos grupos sociais e entre diferentes regiões do planeta, a partir das consequências do caos do meio ambiente, da força de trabalho e do capital.

Emilio Pradilla Cobos e Lisett Márquez López abordam o aprofundamento de contradições, conflitos e problemas vivenciados pelas classes populares nas metrópoles latino-americanas em função da pandemia de Covid-19, no artigo *Las ciudades latinoamericanas y el coronavirus*. Ressaltam a crise econômica e social decorrente da imposição da quarentena para reduzir a propagação do vírus, que afeta desigualmente as distintas classes sociais. Propõem que as cidades no pós-pandemia sejam reivindicadas a partir do direito à cidade, em oposição às expressões do capital financeiro transnacional que configuraram as atuais cidades capitalistas neoliberais.

O aprofundamento das desigualdades socioeconômicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é o tema do artigo *A Covid-19 e o agravamento das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, de autoria de Georges Flexor, Robson Dias da Silva e Adrianno Oliveira Rodrigues. A partir dos resultados de um *web-survey*, os autores destacam o agravamento

das desigualdades preexistentes na distribuição da renda entre a população da RMRJ. As áreas periféricas concentram a população em piores condições, mais impactadas pelas consequências socioeconômicas da pandemia.

Marcos Thimoteo Dominguez e Jeroen Johannes Klink tratam das formas de enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 constituídas nas periferias metropolitanas do Rio de Janeiro (RMRJ) e de São Paulo (RMSP), no artigo *Metrópoles em tempos de pandemia: mapeando territórios subversivos nas RMSP e RMRJ*. Destacam a relação entre a dinâmica socioespacial da pandemia e a estrutura segregada das principais metrópoles brasileiras, ressaltando a importância das práticas populares e das redes periféricas como formas de lidar com os impactos cotidianos da Covid-19 em seus territórios, contribuindo, inclusive, com as ações estatais no âmbito das políticas urbanas e dos serviços de saúde.

No artigo *Desigualdade socioespacial e o impacto da Covid-19 na população do Rio de Janeiro: análises e reflexões*, a partir da espacialização de diversos indicadores sociais, econômicos e de saúde relacionados à pandemia de Covid-19, Daniel de Albuquerque Ribeiro, Aruan Francisco Diogo Braga e Lino Teixeira abordam as relações entre os impactos da pandemia e as desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando que a maior letalidade relacionada à pandemia ocorreu nas áreas periféricas.

André Coutinho Augustin e Paulo Roberto Rodrigues Soares, no artigo *Desigualdades intraurbanas e a Covid-19: uma análise do isolamento social no município de Porto Alegre*, abordam a heterogeneidade das possibilidades e efetividade do isolamento social na capital gaúcha. Com base em um índice de isolamento social construído a partir da localização dos telefones celulares, constatam que as camadas populares, residentes em bairros com IDH inferior, registraram menor isolamento e conseqüentemente maior exposição aos riscos de contrair a Covid-19.

Hermes Eduardo Nichele discute o acesso aos serviços de atenção à saúde, no artigo *Relações entre ciclismo e rede de saúde e o caso de Curitiba*, apontando a segurança desse meio de transporte no contexto da pandemia de Covid-19. A partir do Índice de Mobilidade Cicloviária, construído com base na Teoria dos Grafos, analisa as possibilidades de acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS) da capital paranaense. Destaca que a circulação cicloviária está distante dos estabelecimentos considerados, evidenciando a negligência das possibilidades de acesso por esse meio desse transporte.

A partir do conceito de coautoria urbana, que diz respeito à compreensão de que a cidade não é de “autoria” apenas de quem detém poder político e econômico, mas também dos cidadãos que dela se apropriam, Gabrielle Queiroz da Rocha procurou compreender como as distintas apropriações urbanas ocorreram durante o isolamento social e na reabertura e as perspectivas do pós-pandemia. No artigo *Coautoria urbana e quarentena: relações pessoa-cidade na pandemia do novo coronavírus*, a autora utilizou depoimentos de trabalhadores que necessitavam sair do isolamento para se dirigir ao trabalho.

Doralice Barros Pereira, Waleska Teixeira Caiaffa e Veneza Berenice de Oliveira, em seu artigo *Saúde e espaço urbano: entrelaces de saberes em contexto de pós-graduação*, abordam experiências e reflexões a partir de uma disciplina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

na qual se articulam três programas de pós-graduação: Geografia, Saúde Pública e Arquitetura. São debatidas questões relativas ao viver na cidade em suas implicações na saúde da população, buscando constituir referências de enfrentamento das iniquidades e de suas consequências, a partir de uma abordagem holística. São destacados o aspecto inter/transdisciplinar das questões urbanas, os conceitos relacionados ao urbano e à saúde, as reflexões anteriores às atividades da disciplina, as manifestações dos alunos e os impactos da pandemia de Covid-19 no espaço urbano/metropolitano.

No primeiro dos textos complementares, com base em pesquisa histórica, Patricia Capanema Alvares Fernandes analisa as origens do padrão peculiar de segregação socioespacial em *Belo Horizonte (MG)*, no artigo *The foundation of Belo Horizonte: order, progress and hygiene, but not for all*. Embora o plano original da cidade fundada no final do século XIX relegasse as piores áreas (desorganizadas e sem higiene) à população de baixa renda, a autora ressalta uma realidade muito mais complexa a partir de mecanismos e práticas que resultaram nas características recentes da segregação socioespacial em escala local.

No artigo *Governança metropolitana e política de saneamento: trajetórias dependentes na Grande São Paulo*, Marcelo Aversa e Vanessa Elias de Oliveira utilizam os conceitos de *path dependence* e *critical juncture* às relações intergovernamentais para a análise das relações interdependentes entre o estado de São Paulo e os municípios da Região Metropolitana de São Paulo na provisão de serviços de saneamento. Observam uma situação de permanência dessas relações desde a década de 1940, reforçando a atuação do ente estadual (Sabesp) nos municípios metropolitanos.

Ronie Cleber de Souza e Humberto Miranda analisam a ampliação da influência regional do município potiguar de Pau dos Ferros, nas primeiras décadas do século XXI, no artigo *Influência do gasto público no fortalecimento da centralidade de Pau dos Ferros/RN*. Os autores destacam o papel dos investimentos públicos no maior destaque que o município passou a ter na rede urbana regional, especialmente aqueles relacionados à expansão do ensino superior com a instalação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Em análise construída a partir de levantamento bibliográfico e documental, Alexandre Sabino do Nascimento e Caline Mendes de Araújo discutem a apropriação da abordagem dos riscos socioambientais e da resiliência pela agenda urbana neoliberal em escala global no artigo *Narrativas sobre riscos naturais e resiliência na construção da agenda urbana global neoliberal*. O mercado tem transformado essas questões em possibilidades de negócios, mobilizando discursos e propondo suas próprias soluções para os desafios urbanos atuais, construindo uma agenda neoliberal “sustentável” ao redor do mundo.

No artigo *Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia*, Thêmis Amorim Aragão, Ana Carolina Maria Soraggi e Filipe Souza Corrêa analisam a relevância das ocupações urbanas com estratégia dos movimentos de luta por moradia no atual contexto de inflexão ultraliberal. A partir do relato sobre o processo de ocupação e consolidação da vila Eliana Silva em Belo Horizonte (MG), analisam seu papel reivindicatório e apontam a necessidade de se refletir sobre possíveis variações nas estratégias de luta na atual conjuntura.

Rafael de Paula Aguiar Araújo, Claudio Luis de Camargo Penteadó e Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, no artigo *Participação política e Laboratórios de Inovação Cidadã: estudo dos CitiLab e MediaLab Prado na Espanha*, abordam as experiências de dois Laboratórios de Inovação Cidadã na promoção da cidadania e da gestão urbana na Espanha. Com base na análise de algumas práticas de inovação desenvolvidas nesses espaços e de sua influência nas políticas públicas locais, os autores apontam a relevância da gestão urbana compartilhada enquanto experiência transformadora.

No artigo *Formação heterogênea da paisagem e experiências urbanas no bairro Floresta, Porto Alegre/RS*, Luiz Henrique Apollo e Vitoria Gonzatti de Souza analisam as relações entre processos sociais e espaços materiais em um bairro da capital gaúcha. Com base em trabalho de campo e em várias formas de registros, os autores avaliam os impactos dos processos de industrialização, esvaziamento e reapropriação da área, destacando tipos de espaços físicos e seus usos que configuram vivências e encontros diversos.

Desejamos a todos uma boa leitura e bom proveito das discussões sobre diversas temáticas aqui apresentadas. Embora o dossiê sobre saúde e cidades seja bastante atual, pela concentração na temática da pandemia que permanecemos vivenciando e buscando contribuir para o enfrentamento de suas diversas consequências, os textos complementares também o são, ao discutir desafios relevantes das pesquisas e da gestão urbana.

José Carvalho de Noronha [I]
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira [II]
Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0003-0895-6245>

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Informação e Comunicação Científica Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação em Saúde, Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ/Brasil. noronhajc@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0003-0144-7288>

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Informação e Comunicação Científica Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação em Saúde, Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ/Brasil. ricardo.dantas@icict.fiocruz.br

Referências

- BERLINGUER, G. (1976). *Malaria urbana: patologia della metropoli*. Milão, Feltrineli.
- CAIRUS, H. F. (2005). “Ares, águas e lugares”. In: CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JR., W. A. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença* [on-line]. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp. 91-129.
- ENGELS, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo.
- FARR, W. (2000). Vital statistics: memorial volume of selections and writings [of William Farr]. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 78, n. 1, pp. 88-96. Disponível em: [https://www.who.int/bulletin/archives/78\(1\)88.pdf](https://www.who.int/bulletin/archives/78(1)88.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.
- FLIES, E. J. et al. (2019). Urban-associated diseases: Candidate diseases, environmental risk factors, and a path forward. *Environment International*, v. 133, Pt A, 105187.
- HORROX, R. (1994). *The Black Death*. Manchester, Manchester University Press.
- ROSEN, G. (1994). *Uma história da saúde pública*. São Paulo, Hucitec.
- SNOW, J. (1988). “El cólera cerca de Golden Square”. In: BUCK C.; LLOPIS, A.; NÁJERA, E.; TERRIS, M. *El desafío de la epidemiología: problemas y lecturas seleccionadas*. Washington/DC, Organización Panamericana de la Salud, pp. 446-449.

